



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12866 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO E USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA FINS DE APRENDIZAGEM NA POPULAÇÃO ADULTA BRASILEIRA

Flávia Vitor Longo dos Santos - USP- Universidade de São Paulo

Maria Clara Di Pierro - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO E USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA FINS DE APRENDIZAGEM NA POPULAÇÃO ADULTA BRASILEIRA

Resumo: As desigualdades observadas na educação formal da população adulta brasileira ocorrem também na aprendizagem não formal? Explorando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005 e 2015) e da Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC-Domicílios, 2010 e 2019), investigamos se os diferenciais por idade, sexo, cor, região de residência e faixa de renda são comuns às dimensões de educação formal (alfabetização, frequência escolar, média de anos de estudos) e não formal (usos da internet para consultar enciclopédias, ler jornais/revistas, realizar atividades escolares e estudar por conta própria). Consideramos os eixos teórico-conceituais: curso de vida, educação ao longo da vida, mudanças demográficas e uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs). Houve ampliação da escolaridade média da população adulta, principalmente entre os mais jovens, mas houve decréscimo da participação dos adultos no ensino formal. O uso das TICs se intensificou, sendo expressivo o uso da internet para estudar por conta própria. Os marcadores de desigualdade permanecem os mesmos (exceto os diferenciais segundo sexo), mas registramos diminuição das diferenças entre os grupos sociodemográficos analisados.

Palavras-chave: Educação de adultos; educação formal; tecnologias de informação e

comunicação; PNAD; TIC-Domicílios.

Introdução

Este estudo foi norteado por quatro eixos teórico conceituais: mudanças demográficas, curso de vida, educação ao longo da vida (ELV) e uso de TICs para fins de aprendizagem.

As mudanças demográficas observadas na população brasileira nos últimos trinta anos, apontam para uma janela de oportunidades demográfica (maior proporção de pessoas em idade produtiva frente ao segmento daqueles em idades economicamente dependentes) (CARVALHO; WONG, 1995) e para a tendência de envelhecimento populacional. Nesse contexto, a educação de adultos adquire maior relevância tanto sob a perspectiva neoliberal, à medida que é incorporada ao trinômio educação-trabalho-productividade a serviço da competitividade individual no mercado de trabalho, quanto associada à visão humanista, que valoriza a melhoria das condições de vida nas fases adulta e idosa e considera a ELV como um instrumento a favor da cidadania, da democracia, da convivência com as diferenças, responsabilizando o Estado por sua oferta (REGMI, 2015). Essa dupla condição encontra respaldo na literatura sobre ELV (CÁRIA; ALVES, 2018; IRELAND, 2019) e sobre Curso de Vida (SETTERSTEN JR, 2003; RILEY; ABELES, 2019).

O fato de haver adultos na condição de estudantes relaciona-se também com o campo teórico de Curso de Vida, que estuda os papéis desempenhados ao longo da vida, relacionando os plano micro e macroestruturais (BLANCO, 2011). Nos países ocidentais, até meados da década de 1960, as fases da vida eram claramente delimitadas pelas idades cronológicas e pelos papéis sociais a elas idealmente associados: infância à escolarização; juventude e fase adulta ao trabalho e à formação de família; e a velhice à aposentadoria (SETTERSTEN JR, 2003). Porém, desde o início da reestruturação produtiva (HARVEY, 1989), iniciada nos anos 1970, os estudos observaram que as idades e os papéis esperados já não obedeciam linearmente a uma mesma cronologia (MACMILLAN, 2005).

As mudanças impostas pela nova ordem econômica desencadearam a dinâmica de contínua busca por qualificações, a fim de que os trabalhadores pudessem manter sua empregabilidade. Nesse cenário, o entendimento neoliberal da ELV passa a fazer parte das agendas econômicas dos governos (CARNOY, 1998; MCLEAN, 2022). Esse processo foi coetâneo ao incremento da automação nos meios de produção e da informatização de numerosos processos (CASTELLS, 1999), o que passou a demandar um domínio básico das TICs (PEREIRA; SILVA, 2012).

A internet permite às pessoas trabalhar remotamente, buscar entretenimento e mesmo estudar e/ou adquirir informações para aplicação em problemas específicos. O quarto eixo do estudo focalizou os usos que a população adulta faz da internet para atividades relacionadas à aprendizagem. Essa abordagem específica foi tomada como aproximação do campo da educação não formal (GOHN, 2014; MARQUES; FREITAS, 2017), a fim de ampliar o conhecimento sobre os processos educativos da população adulta brasileira, em um contexto

de crescimento da necessidade de literacia digital.

Metodologia

Considerada a diversidade dos sujeitos que buscam aprender por outros meios que não apenas o do sistema de ensino formal, buscou-se conhecer alguns de seus perfis, identificando se as desigualdades são as mesmas na educação formal e não formal. Consideramos indicadores de educação formal: alfabetização, atendimento escolar no presente e no passado e, média de anos de estudo; e de educação não formal: consulta a enciclopédias virtuais, leitura de jornais e revistas, realização de atividades escolares, e estudar por conta própria. Exploramos os dados de 2005 e de 2015 da PNAD, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os dados de 2010 e de 2019 da TIC-Domicílios, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Resultados selecionados

Dos resultados das PNADs para a população de 15 anos ou mais, observamos que entre 2005 e 2015 aumentou a proporção de alfabetizados no país (de 88,9% para 92%) e a proporção daqueles que haviam frequentado o sistema escolar (educação básica e/ou superior) em algum momento do passado (de 91,5% para 93,9%). Registramos também a elevação da média de anos de estudo, de 6,9 para 8,2 anos. Esses dados refletem melhoria do acesso e do fluxo da trajetória escolar, mas não necessariamente de permanência e conclusão das etapas educacionais.

A frequência escolar dos jovens e adultos, no entanto, diminuiu de 16,3% para 12,8% no período, fenômeno que pode ter várias interpretações e causas multifatoriais. Uma leitura é a de que mais pessoas chegam à idade adulta tendo completado um mínimo de escolaridade em idades mais jovens (LONGO; VIEIRA, 2021). Uma menor proporção de adultos inseridos no ensino formal pode significar dificuldade de acesso e permanência no sistema educacional, seja por uma eventual diminuição da oferta, seja pela competição entre os usos do tempo demandados na fase adulta da vida (FONTOURA et al., 2010).

Quanto às TIC-Domicílios de 2010 e 2019, considerada a população de 16 anos ou mais, observamos o aumento na proporção de uso da internet para fins de aprendizagem. Esses resultados podem associar-se ao aumento da proporção da população com acesso à internet (de 34,9% em 2010 para 77,9% em 2019), mas não é possível assumir relação de causa e consequência sem investigação adicional. A democratização e ampliação do acesso à internet por si só não resultam em maior acesso aos recursos educativos, pois é preciso avaliar a orientação e intencionalidade desse tipo de uso (SANTOS; CARVALHO, 2009). Pode-se considerar que o próprio crescimento da rede mundial de computadores trouxe consigo a ampliação da oferta de diferentes tipos de recursos, incluindo aqueles relacionados à educação.

Em síntese, os resultados sugerem que, de maneira geral, houve melhora das

características educacionais dentre os adultos residentes no país. Contudo, nas duas fontes de dados selecionadas as variáveis específicas sobre escolarização apresentaram retrocesso, sugerindo que, *para os períodos analisados*, a participação no ensino formal pode ter perdido relevância quando considerados aspectos da ELV.

Quanto aos marcadores de desigualdades educacionais (SILVA, 2003; RIBEIRO, 2011), na educação formal, os adultos mais jovens são mais alfabetizados e mais escolarizados que os mais velhos, mulheres são maioria nos indicadores selecionados, brancos e amarelos detêm os melhores índices; residentes nas regiões Sul e Sudeste do país parecem ter vantagens educacionais quando comparados com os das demais regiões, e quanto mais alto o estrato de renda, maiores as proporções de alfabetizados, escolarizados e a média de anos de estudo. A variável “classe econômica”, como *proxy* dos estratos de renda, permaneceu como o principal marcador das desigualdades educacionais, tanto nos indicadores de educação formal quanto de educação não formal.

Apesar da permanência desses marcadores, diminuíram as diferenças observadas entre os diferentes grupos sociodemográficos. Em termos de alfabetização, os maiores ganhos foram observados dentre os mais velhos; pretos, pardos e indígenas foram as populações que mais avançaram na melhora de seus indicadores; e as regiões Norte e Nordeste também registraram diminuições significativas das diferenças educacionais inter e intrarregionais. Dos estratos de renda, reforçamos a necessidade de estudos futuros considerando a dinâmica educacional nas faixas que compreendem os domicílios mais pobres, pois, estes apresentaram maior inserção no ensino formal em comparação com as demais faixas de renda.

Quanto aos indicadores de educação não formal, o principal achado refere-se ao fato de que os homens foram maioria dentre os que utilizam a internet para fins de aprendizagem. Haveria para os homens, na dimensão não-formal de educação, uma compensação das desvantagens identificadas na educação formal? Ou esse viés de gênero seria decorrente de desvantagens das mulheres no manejo das TICs?

Observa-se também que, embora as faixas etárias mais jovens tenham registrado os maiores aumentos no uso dessas ferramentas, há uma significativa parcela dos adultos que consulta enciclopédias virtuais, faz leitura de jornais/revistas *online* e estuda por conta própria por meio da internet.

Das demais características sociodemográficas, permanecem os diferenciais por cor – sendo que a população autodeclarada amarela se destaca quanto aos usos das TICs para fins de aprendizagem. Quanto à residência em áreas urbanas/rurais, aqueles nas *urbes* dispõem de maior acesso a serviços, inclusive a internet, mas a região rural foi a que apresentou maiores ganhos na comparação entre os anos investigados – o que sugere que as TICs têm papel na promoção de acesso à educação em localidades mais afastadas dos centros urbanos. Não foi possível encontrar um padrão quanto aos usos selecionados das TICs entre as regiões brasileiras, mas destacamos que o Nordeste foi aquela cuja população mais fez uso da

internet para estudar por conta própria.

Conclusões

Nas duas primeiras décadas do século XXI houve melhora nos indicadores selecionados de educação formal e não formal da população adulta residente no Brasil. O incremento da escolaridade média e do uso de TICs para aprendizagem foram expressivos, sobretudo entre os segmentos mais jovens.

Contudo, no período 2005-2015 a frequência às instituições de ensino perdeu espaço na fase adulta da vida dos brasileiros, o que coloca em xeque as premissas da ELV, tanto da perspectiva neoliberal, pois contraria a expectativa de contínua formação, quanto da humanista, pois além de comprometer uma possível manutenção da qualidade de vida, vai de encontro às prerrogativas de direito à educação de jovens e adultos no país.

Por outro lado, o aumento dos usos de internet para fins de aprendizagem sugere que há outra dimensão educacional em curso ao longo da fase adulta da vida, cujos sentidos e significados carecem investigação. A utilização das TICs pode ser complementar à educação formal, pode sinalizar que a educação formal está em descompasso com os modos de vida adulta contemporâneos ou pode ainda indicar dificuldades de acesso da população adulta à educação.

Referências

BLANCO, M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 5, n. 8, p.5, 2011.

CÁRIA, N.P.; ALVES, J.C.P. Aspectos de uma epistemologia da educação ao longo da vida: uma nova ordem educativa. **Poiésis -Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 22, p. 471, 2018.

CARVALHO, J.A.M.; WONG, L. R. A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil. **Textos para Discussão Cedeplar**, n.91, p. 9, 1995.

CARNOY, M. Globalisation and education restructuring. **Melbourne Studies in Education**, v.39, n.2, p.21-40, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONTOURA, N.; PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; VASCONCELOS, M. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, v.11-46, 2010.

GOHN, M.G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, n.1, p.35, 2014.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. IN: HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, p. 135, 1989.

IRELAND, T. D. Educação ao longo da vida: aprendendo a viver melhor. **Sisyphus Journal of**

Education, v.7, n.2, p. 48, 2019.

LONGO, F.V.; VIEIRA, J.M. Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.38, p. 1-19, 2021.

MACMILLAN, R. The structure of the life course: classic issues and current controversies. **Advances in Life Course Research**, v. 9, p.3, 2005.

MARQUES, J.B.V.; FREITAS, D. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, v.43, n.4, p. 1087-1110, 2017.

MCLEAN, S. Understanding the evolving context for lifelong education: global trends, 1950–2020. **International Journal of Lifelong Education**, v. 41, n. 1, p. 5, 2022.

PEREIRA, D.M.; SILVA, G.S. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v.8, 2012.

REGMI, K.D. Lifelong learning: foundational models, underlying assumptions and critiques. **International Revue of Education**, n. 61, p. 133, 2015.

RIBEIRO, C.A.C. Desigualdades de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, v.54, n.1, p. 41, 2011.

RILEY, M.W.; ABELES, R.P. Introduction: Life-course perspectives. In: **Aging from birth to death**. Routledge, p.1, 2019.

SANTOS, P.L.V.A.C.; CARVALHO, A.M.G. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, v.19, n.1, p. 45, 2009.

SETTERSTEN Jr, R. A. Age structuring and the rhythm of the life course. IN: MORTIMER, J.T.; SHANAHAM, M.J. **Handbook of the life course**. Kluwer Academic/Plenum Publishers: New York, p. 81, 2003.

SILVA, N. V. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. IN: SILVA, N. V.; HASENBALG, C. (orgs) **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo do ciclo de vida**. Topbooks: Rio de Janeiro, 2003.